

ENTE: Alegre

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Assistência Social de Alegre

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2022

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONTROLE INTERNO								
Nível de Estruturação do CI	Quantidade Total de Servidores do CI	Quantidade Servidores Efetivos do CI	Quantidade Servidores Contadores do CI	Normas Internas Gestão Orçamentária [Leg 1]	Normas Internas Gestão Financeiras [Leg 1]	Normas Internas Gestão Patrimonial [Leg 1]	Normas Internas Gestão Fiscal [Leg 1]	Normas Internas Escrituração e Demonstrações Contábeis [Leg 1]
Unidade Central	5	0	0	1	1	1	1	1

Leg 1:
1 - Existem somente os normativos;
2 - Existem normativos e fluxos desenhados;
3 - Existem normativos, fluxos e são de amplo conhecimento de toda a administração envolvida no Processo;
4 - Não existem normas internas definidas no âmbito desta temática.

INFORMAÇÕES GERAIS DA UG						
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Responsável	Último Exercício Avaliado pelo CI	Opinião do CI sobre os Procedimentos Aplicados da UG	Fato relevante relatado no RELACI - ciência TCEES	Assunto principal - fato relevante relatado no RELACI
004E0500002	Unidade Central			Regular com ressalva	Não	

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Seleccionada	Unidade da Amostra Seleccionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
004E0500002	Unidade Central	1.2.2	Quantitativo	<p>O item em questão analisa se os pagamentos das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais de cada Unidade Gestora, referente às alíquotas normais e suplementares, devidas ao IPASMA, foram realizados tempestivamente até o dia 20 de cada mês.</p> <p>Dessa forma, infere-se que a fiscalização ocorreu de maneira efetiva, sendo os prazos devidamente respeitados e os pagamentos realizados regularmente.</p>	12,00	12,00	Valores Monetários	Informações mensais consolidadas sobre o valor e a data dos pagamentos das contribuições previdenciárias relativas a parte patronal.	Análise documental	1

ENTE: Alegre

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Assistência Social de Alegre

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
004E0500002	Unidade Central	1.2.4	Quantitativo	<p>O presente item analisa se os repasses das contribuições previdenciárias retidas dos servidores foram realizados tempestivamente até o dia 20 de cada mês.</p> <p>Dessa forma, infere-se que a fiscalização ocorreu de maneira efetiva, sendo os prazos devidamente respeitados e as retenções e repasses realizados regularmente.</p>	12,00	12,00	Valores Monetários	Informações mensais consolidadas sobre o valor e a data dos repasses das contribuições previdenciárias dos servidores.	Análise documental	1
004E0500002	Unidade Central	1.2.5	Quantitativo	<p>Por intermédio do OFÍCIO Nº 035/2022 - IPASMA, a Autarquia Municipal informou que os parcelamentos de débitos previdenciários estão registrados como passivo da entidade no ativo não circulante de longo prazo na conta contábil nº 121120602000, com o saldo, em 22 de julho de 2022, de R\$ 15.947.789,63 (quinze milhões, novecentos e quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e três centavos), referente aos parcelamentos nº 049/2007, 1226/2017, 0663/2018, 0623/2021 e 00276/2022, todos registrados no sistema CADPREV.</p> <p>O Instituto também informou que os parcelamentos de débitos previdenciários encontram-se com as parcelas vencidas devidamente adimplidas.</p>	5,00	5,00	Unidades Físicas	Informações prestadas pelo Instituto de Previdência (IPASMA).	Análise documental	1

ENTE: Alegre**UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Assistência Social de Alegre****TIPO DE CONTA: Contas de Gestão****EXERCÍCIO: 2022**

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
004E0500002	Unidade Central	1.3.3	Qualitativo	Por meio do Ofício FINANÇAS/PMA nº 0090/2022, a Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento informou que apenas valores inerentes a UG - Prefeitura Municipal de Alegre haviam sido depositados em conta corrente acautelada por instituição financeira não-oficial. Estando as disponibilidade financeira do Fundo Municipal de Assistência Social de Alegre com suas disponibilidades de caixa em conformidade com as exigências constitucionais e legais.	0,00	0,00	Valores Monetários		Análise documental	1

ENTE: Alegre

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Assistência Social de Alegre

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universe Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
004E0500002	Unidade Central	2.3.2	Qualitativo	<p>Por meio do OFÍCIO FINANÇAS/PMA Nº 0089/2022, a Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento informou que os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez, acostando, para tanto, os comprovantes de liquidação do exercício de 2021 e a relação de precatórios para quitação no exercício de 2022.</p> <p>Visando assegurar a devida observância aos mandamentos constitucionais em relação aos precatórios judiciais, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 010/2023 - UCCI / SEFIP, datado de 12 de janeiro de 2023, requisitando a comprovação quanto a regularidade na quitação dos precatórios, que deveriam ocorrer até o final do exercício de 2022. Todavia, mesmo reiterado pelo OFÍCIO Nº 025/2023 - UCCI / SEFIP, datado de 06 de fevereiro de 2023, até a presente data não foi fornecida qualquer comprovação das informações outrora requisitadas.</p>	0,00	0,00	Valores Monetários		Análise documental	2

ENTE: Alegre

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Assistência Social de Alegre

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
004E0500002	Unidade Central	2.5.4	Quantitativo	<p>Em termos específicos, o Regime Próprio de Previdência no Município de Alegre observa as diretrizes fixadas pela Lei Municipal nº 3.631/2021, a qual estabelece, respectivamente, no artigo 55, § 2º, e no artigo 57, as alíquotas de contribuição patronal e de contribuição previdenciária dos servidores públicos, quais sejam 22% (patronal) e 14% (servidores).</p> <p>Consoante o consignado no OF. Nº 004/2023 - DIRETORIA RH SESA/SEAD/SEED, infere-se que os descontos previdenciários e as contribuições patronais do ano de 2022 obedeceram às alíquotas de contribuição previstas na legislação previdenciária local.</p>	2,00	2,00	Unidades Físicas	Comparativo entre as informações prestadas pela Diretoria de RH, e as disposições da Lei Municipal nº 3.631/2021.	Análise documental	1

ENTE: Alegre
UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Assistência Social de Alegre
TIPO DE CONTA: Contas de Gestão
EXERCÍCIO: 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
004E0500002	Unidade Central	2.5.10	Quantitativo	<p>Acordo CADPREV nº 00049/2007 = Lei Municipal nº 2.847/2007 Acordo CADPREV nº 01226/2017 = Lei Municipal nº 3.438/2017 Acordo CADPREV nº 00663/2018 = Lei Municipal nº 3.488/2018 Acordo CADPREV nº 00623/2021 = Lei Municipal nº 3.630/2021 Acordo CADPREV nº 00276/2022 = Lei Municipal nº 3.705/2022</p> <p>Diante disso, considerando que todos os parcelamentos vigentes foram precedidos de autorização do Poder Legislativo Municipal, infere-se a necessária consonância com as diretrizes fixadas pela legislação federal previdenciária.</p>	5,00	5,00	Unidades Físicas	Verificação da correspondência legislativa para cada acordo de parcelamento de débitos previdenciários.	Análise documental	1
004E0500002	Unidade Central	2.6.1	Qualitativo	<p>Após todos os esforços engendrados pela Unidade Central de Controle Interno em confrontar as informações contidas no relatório fornecido pela Secretaria Executiva de Administração, conclui-se, de maneira exauriente, que as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, inexistindo quaisquer casos de desvio de função.</p>	0,00	0,00	Unidades Físicas		Análise documental	1

ENTE: Alegre

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Assistência Social de Alegre

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
004E0500002	Unidade Central	2.6.2	Qualitativo	Sobre o disciplinamento de condições e percentual mínimo para cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, denota-se que não é o caso do Município de Alegre, vez que a legislação local específica não dispõe sobre tal reserva de cargos.	0,00	0,00	Unidades Físicas		Análise documental	1
004E0500002	Unidade Central	2.6.3	Qualitativo	Em âmbito federal, a lei que trata sobre a contratação por tempo determinado é a Lei nº 8.745/1993. Em nível estadual, a legislação que disciplina a matéria ora tratada é a Lei Complementar nº 809/2015. No Município de Alegre, é a Lei nº 3.611/2020, que disciplina as contratações temporárias. Assim sendo, denota-se que a legislação local específica é simétrica às disposições dos entes hierarquicamente superiores, estando de acordo com o preceituado pela Constituição Federal, bem como com os Princípios Administrativos inerentes à matéria, atendendo, portanto, os requisitos de necessidade temporária das contratações e excepcionalidade do interesse público.	0,00	0,00	Unidades Físicas		Análise documental	1

Leg 2:

- 1 - Procedimento aplicado sem detecção de distorções
- 2 - Procedimento aplicado sem detecção de distorções relevantes, constatando oportunidades de melhorias do controle
- 3 - Procedimento aplicado com constatação de distorções que ensejam risco grave e necessidade de correções.

ENTE: Alegre**UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Assistência Social de Alegre****TIPO DE CONTA: Contas de Gestão****EXERCÍCIO: 2022**

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS REALIZADAS									
Unidade Gestora Avaliada	Tipo de Tomada de Contas Especial	Processo Administrativo TCE	Data Evento/Ciência pela Autoridade Competente	Data de Instauração da TCE	Data de Envio da TCE ao TCEES	Fato Motivador da TCE [Leg 3]	Valor Original do Débito	Situação da TCE em 31/12 do Exercício da Prestação de Contas - não encaminhadas ao TCEES [Leg 4]	Situação da TCE em 31/12 do Exercício da Prestação de Contas - encaminhadas ao TCEES [Leg 5]

Leg 3:

- 1 - Omissão no dever de prestar contas ou a não comprovação da correta aplicação de recursos repassados mediante convênio, contrato de repasse, ou instrumento congênere;
- 2 - Ocorrência de desfalque, alcance, desvio, desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos;
- 3 - Ocorrência de extravio, perda, subtração ou deterioração culposa ou dolosa de valores e bens;
- 4 - Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário;
- 5 - Concessão irregular de quaisquer benefícios fiscais ou de renúncia de receitas de que resulte dano ao erário.

Leg 4:

- 1 - Aguardando o início da instrução;
- 2 - Em instrução dentro do prazo;
- 3 - Em instrução fora do prazo;
- 4 - Finalizada – Dispensado o encaminhamento ao TCEES – art. 9º, IN 32/2014;
- 5 - Finalizada - Arquivada antes do encaminhamento ao TCEES – art. 10, IN 32/2014;

Leg 5:

- 1 - Finalizada - Aguardando deliberação do TCEES;
- 2 - Com decisão do TCEES pela condenação ao ressarcimento / Sem baixa da responsabilidade pelo débito;
- 3 - Com decisão do TCEES pela baixa da responsabilidade pelo débito – art. 20, da IN 32/2014);
- 4 - Em complementação de informações, após retorno determinado pelo TCEES – art. 15, IN 32/2014.